



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

**Discurso proferido na sessão de 19 de fevereiro de 1987,
publicado no DANC de 20 de fevereiro de 1987, página 366.**

Apresenta os princípios que devem nortear a elaboração da nova carta constitucional, que deverá ensejar a superação das desigualdades sociais e a promoção do progresso e do bem-estar.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Senhor Presidente, Sra, e Srs. Constituintes, o povo brasileiro está perplexo e desiludido. O sonho da inflação zero acabou, com a morte do Plano Cruzado decretada pelo Cruzado II.

A economia brasileira atravessa um momento crucial, quando a inflação bate recordes ao atingir o índice de 16,82%. E mais as expectativas para este mês de fevereiro não são nada animadoras. À escassez de gêneros soma-se a falta de peças para a indústria em geral.

Dentro deste quadro padecem sobretudo os trabalhadores, e mais que estes aqueles que vivem marginalizados, em regime de subemprego ou desemprego. A hiperinflação que a todos pune a estes atinge com mais rigor.

Voltam-se, então, as esperanças, num derradeiro apelo de náufragos, para esta Assembléia, na perspectiva não de que possamos, como pretenderam os artífices do Plano Cruzado, mudar a face da economia num passe de mágica, numa farsa montada com fins eleitoreiros, mas de que dotaremos este País de uma Carta que reflita os anseios nacionais, consubstanciando mudanças estruturais que permitam um padrão de vida digno para a grande legião dos oprimidos que vivem à margem do contexto sócio-econômico nacional.

É indispensável, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Constituintes, que os brasileiros, em todos os níveis, disponham de emprego, moradia e educação e que haja uma melhor distribuição de renda, a fim de que as desigualdades sociais sejam minimizadas.

Impõe-se alteração radical nas estruturas sócio-econômicas atuais, reconhecidamente obsoletas, que permitem a existência de bolsões de miséria ao lado do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, que possibilitam a existência de grandes áreas improdutivas, quando em sua volta os camponeses são enxotados para as cidades onde vão habitar favelas, alagados e palafitas e contemplar, impotentes, a desagregação do núcleo familiar – os filhos levados à marginalidade ainda na infância. É necessário,



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

pois, que no texto da Carta que esta Assembléia vai redigir seja expressa a obrigatoriedade de o Governo realizar a reforma agrária, expressando a vontade do povo brasileiro, interpretando a consciência nacional, e não apenas em lei ordinária como se fora uma benesse do chefe do Executivo.

Realizar reforma agrária deve ser um dever, uma obrigação do Governo, de tal modo que se o Governo não a fizer estará contrariando dispositivo constitucional. Também, para que o povo brasileiro, de quem somos representantes, tenha participação real nos destinos da Nação, é fundamental que o Congresso Nacional seja soberano, que as prerrogativas do Congresso Nacional sejam restabelecidas. As excrescências, insertas na Constituição de 1976 não devem subsistir na nova Carta. Não podemos permitir a expedição de Decretos-leis pelo Presidente da República e devemos igualmente retirar-lhe a exclusividade de competência para legislar sobre matéria financeira.

O Governo utiliza o decreto-lei para permitir a elevação dos juros, a elevação do custo de vida e o sacrifício dos trabalhadores, dos funcionários públicos e do povo em geral, mas nunca o faz para atender às exigências maiores da sociedade civil. Daí a necessidade premente de inserirmos na nova Carta dispositivo autoaplicável que tornem a nova Constituição um instrumento forte e decisivo das mudanças e transformações, livre das injustiças e dos interesses dos grupos dominantes. Estas prioridades devem estar presentes nas consciências de todos os Srs. Constituintes.

E apenas desejo reafirmar, neste momento em que pela primeira vez ocupo esta tribuna, os compromissos assumidos em praça pública e a minha confiança em que esta Assembléia haverá de outorgar à Nação uma Constituição justa, democrática e duradoura, uma Constituição que expresse os verdadeiros anseios e aspirações do povo brasileiro. (Palmas).